

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E CINCO. -----

-----Aos vinte e seis dias do mês de Dezembro de dois mil e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, sob a Presidência do Senhor Doutor Laurentino José Monteiro Castro Dias, na qualidade de cabeça de lista mais votada, após verificada a existência de quórum e anotando no competente livro de registo a presença de setenta membros e a falta dos restantes, declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos, anunciando os seguintes pedidos de suspensão de mandato, por um período de trinta dias, dos seguintes membros da Assembleia Municipal: João Pedro Leite de Castro Frazão, da lista do Partido Social Democrata, Albino Gonçalves da Costa, da lista do Partido Socialista e Orlando Carvalho Leite, da lista do Centro Social Democrata, requereram, ainda, a renúncia de mandato os seguintes membros da Assembleia Municipal: Nuno José Ferreira Magalhães, Armindo Nogueira Cunha, ambos da lista da Coligação Democrática Unitária e Vítor Orlando da Cunha Silva da lista do Partido Social Democrata, dado ter sido eleito Presidente da Junta da Freguesia de Fornelos pelo mesmo Partido e por inerência do cargo ter assento nesta Assembleia. Como ninguém se quis pronunciar sobre os referidos requerimentos foram os mesmos postos a votação, sendo aprovados por unanimidade, tomando assento os elementos que se seguem nas respectivas listas, por se encontrarem presentes na sala. Requereu, ainda a sua substituição o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arnozela, José Maria Marinho Lemos, substituído nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal pelo secretário, Eduardo Lopes Mendes. Antes porém, de iniciados os trabalhos, o Senhor Doutor Laurentino José Monteiro Castro Dias solicitou a apresentação de listas para a Eleição da Mesa da Assembleia Municipal, como consta no **PONTO UM DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Foram apresentadas duas listas, uma subscrita pelo Partido Socialista, a qual propunha que a Mesa fosse constituída pelos seguintes membros: - Presidente – Doutor Laurentino José Monteiro Castro Dias; Primeiro Secretário – Doutor Raul Jorge Fernandes Cunha e Segundo Secretário – Doutor Miguel Ângelo Machado Soares. A outra lista apresentada

pelo Partido Social Democrata, na qual propunha que a Mesa fosse constituída pelos seguintes membros: Presidente – Doutor Belarmino Oliveira Costa; Primeiro Secretário – Engenheiro José Manuel Ribeiro Batista e Segundo Secretário – Doutora Maria Leonor Pereira Oliveira Castro. Dado tratar-se de duas listas foram designadas da seguinte forma para efeitos de votação: a lista apresentada pelo Partido Socialista designada com a letra A e a lista apresentada pelo Partido Social Democrata designada pela letra B. Efectuada a votação, por escrutínio secreto, obteve-se os seguintes resultados: Lista A quarenta e cinco votos, Lista B dezanove votos e duas abstenções. Após esta votação e em resultado dela os membros eleitos: Presidente - Doutor Laurentino José Monteiro Castro Dias; Primeiro Secretário – Doutor Raul Jorge Fernandes Cunha e Segundo Secretário – Doutor Miguel Ângelo Machado Soares tomaram assento de imediato na Mesa da Assembleia Municipal. De seguida o Presidente da Mesa ora eleito, em nome pessoal e também em nome dos demais eleitos, Primeiro e Segundo Secretários, proferiu palavras de agradecimento pela confiança neles depositada, realçando as responsabilidades que sobre os mesmos recaem e a vontade que eles têm em cumprir. Saudou todos os presentes e, nomeadamente, os novos membros, que pela primeira vez tomam assento na Assembleia e fez votos para que todos os trabalhos da Assembleia Municipal sejam frutuozos e dignificadores do concelho de Fafe, desejando um bom entendimento entre todos, procurando-se, também desta forma, dignificar a própria Assembleia Municipal. Cumprimentou também o Senhor Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vereadores, salientando que o executivo pode sempre contar com o apoio da Assembleia Municipal, nos próximos quatro anos, e que, cada órgão na área da sua intervenção possibilite uma boa relação de trabalho para que sejam quatro anos positivos de intervenção para o concelho. Ainda no período de Antes da Ordem do Dia o Senhor Presidente deu conhecimento do expediente, que ficou à disposição de todos os membros da Assembleia. De seguida a Mesa registou a entrada de quatro documentos. Uma moção apresentada pela CDU e subscrita por todos os grupos parlamentares, a propor um voto de pesar e observância de um minuto de silêncio, pelo falecimento do Professor Ernesto Amílcar Mendes Oliveira, figura de destaque no nosso concelho, exemplo de verticalidade e humanismo, combatendo pelos ideais da

liberdade e da democracia e que após o 25 de Abril de 1974, manteve envolvimento activo em diversas acções de âmbito político e social, desempenhando cargos a nível local, nomeadamente nesta Assembleia Municipal. Submetido a votação o voto de pesar foi aprovado por unanimidade. O documento número dois, uma moção apresentada pela CDU, relativa às notícias que têm sido veiculadas pelos órgãos de comunicação social, referindo a intenção, do Ministério da Saúde, de proceder ao encerramento de Urgências nos Centros de Saúde e nos Hospitais onde não se verifiquem os números de dez consultas ou vinte e cinco consultas e, atendendo a que o Hospital de S. José, apesar de todas as dificuldades conhecidas, tem desempenhado um importante papel na prevenção e combate à doença que tem beneficiado quer a população do nosso concelho, quer a população dos concelhos de Celorico e Cabeceiras de Basto, propõem manifestar a sua apreensão em relação às notícias veiculadas nos meios de comunicação social e manifestar a sua determinação de não permitir que sejam encerrados serviços do nosso hospital que se têm revelado importantes para a preservação da saúde das populações do nosso concelho e dos concelhos limítrofes. Colocada a moção à discussão, interveio o Senhor Doutor António Luís Oliveira Cunha, eleito pela CDU e subscritor desta moção para referir que estas notícias, veiculadas pelos Órgãos de Comunicação Social, não seriam em si mesmas muito graves se não se enquadrassem numa ofensiva desencadeada já há alguns anos por sucessivos governos, e de uma forma avassaladora pelo actual Ministro da Saúde, e que não deixa de ser irónico que o Serviço Nacional de Saúde tal qual o conhecemos, criado pelo Partido Socialista, esteja a ser desmantelado pelo mesmo Partido Socialista. Por isso entende que devemos estar em alerta e preocupados sobre estas notícias pouco claras veiculadas nos órgãos de comunicação social. De seguida interveio o Senhor Doutor Pompeu Martins que começou por saudar todos membros, fazendo votos de um bom trabalho em conjunto, sobre a moção apresentada pela CDU referiu que a sua discordância não é tanto do conteúdo da referida moção, entende que o que está em causa, nesta Assembleia Municipal não é tanto tomar uma posição sobre a política do governo, mas antes fazer uma recomendação para que em Fafe continuem a existir Serviços de Saúde que sirvam bem os cidadãos. Por outro lado, refere que a moção se baseia em artigos de Jornais, sem haver

uma situação concreta e bem definida pelo próprio Ministério da Saúde sobre esta matéria, como tal, questiona que se a CDU entender esta moção, como uma moção que pretende que Fafe não perca direitos no âmbito da Saúde, então, naturalmente, o Partido Socialista estará a favor dessa recomendação ao Ministério da Saúde. Interveio, novamente, o Senhor Doutor António Luís Oliveira Cunha, para esclarecer que a sua intervenção anterior extravasou os considerandos da moção mas que se trata da sua opinião pessoal e que apenas a moção tem a preocupação de alertar para estas notícias. Como mais ninguém quis intervir foi a moção posta a votação, sendo aprovada, por maioria, com duas abstenções. O documento número três apresentado à Mesa, também entregue pela CDU, exprime um Voto de Protesto pela posição assumida pelo Senhor Presidente da Câmara, Doutor José Ribeiro, por decidir receber no Salão Nobre da Câmara Municipal, e enquanto Presidente, o candidato às eleições presidenciais, Doutor Mário Soares. Dado que existiam vários candidatos a Presidente da República, nomeadamente, dois na área política do Senhor Presidente da Câmara e todos eles com a mesma legitimidade e a mesma dignidade, pelo que a posição assumida pelo Senhor Presidente da Câmara representa um menosprezo claro por uma parcela importante do eleitorado do partido socialista, que se não revê na candidatura do Senhor Doutor Mário Soares. Por estas razões, os proponentes do voto de protesto entendem que o Senhor Presidente não deveria ter confundido a sua posição enquanto militante do Partido Socialista, com a posição que detém como Presidente da Câmara que o obriga a uma rigorosa isenção e imparcialidade, defendendo ainda que com esta atitude, o Senhor Presidente da Câmara não soube assumir-se como Presidente de todos os Fafenses, preservando a neutralidade como condição para a legitimidade e dignidade de um cargo institucional dessa natureza. Como ninguém quis intervir foi posto a votação, em resultado da qual foi rejeitado, por maioria, com duas abstenções. Por último o documento número quatro, uma recomendação, apresentada pelo Bloco de esquerda, ao executivo camarário e aos serviços afectos a esta Assembleia Municipal, para que todos os documentos necessários a uma discussão e tomada de posição sejam enviados atempadamente, ou seja, com o tempo necessário para serem analisados e objecto de estudo aprofundado de documentos como, por exemplo “As Grandes Opções do Plano e Orçamento

para o Ano de 2006”, de forma a estarem habilitados a manifestar opinião fundamentada sobre assuntos tão complexos e de tamanha importância como os que hoje vão ser votados. Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para referir que esta recomendação o que diz é para se cumprir a lei e que, enquanto Presidente desta Assembleia Municipal, tudo vai fazer para que seja cumprida. Referiu ainda que esta recomendação entronca numa outra questão que se prende com o Regimento da Assembleia Municipal, sugerindo a todos os grupos com assento na Assembleia que, tendo como base o regimento da Assembleia cessante, apresentem na próxima sessão uma proposta de alteração ao mesmo. Pediu a palavra o deputado, Senhor Engenheiro José Manuel Ribeiro Batista, eleito na lista do PSD, para saudar a nova mesa agora eleita, o novo elenco camarário e os colegas deputados municipais que agora iniciam funções, esperando que os próximos quatro anos sejam de franco debate político, que se quer sério e com o único objectivo de procurar sempre as melhores soluções para Fafe e para os Fafenses, apesar dos poderes limitados da Assembleia Municipal. De seguida fez algumas considerações e lamentos: a primeira ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo facto de não ser realizada a sessão da Assembleia Municipal de Setembro de acordo com o que estipula a lei. A segunda ao Senhor Presidente da Câmara relativo ao seu discurso de tomada de posse, considerando que o discurso proferido foi muito pobre, divisionário e sectário, por se preocupar essencialmente em comentar os resultados eleitorais das oposições, ao invés de fazer passar uma mensagem aglutinadora. No seu entender, não o tendo feito, demonstrou mais uma vez que não está no cargo para governar com todos nem para todos em equidade. Por fim e voltando ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou sobre a acta da sessão de vinte e quatro de Junho, dado que não foi distribuída pelos membros. Respondeu o Senhor Presidente da Assembleia às questões colocadas para referir que a sessão da Assembleia de Setembro não foi marcada devido ao calendário eleitoral e porque não haviam assuntos de urgência, como tal, não fazia sentido marcar uma Assembleia Municipal em plena campanha eleitoral. Seguiu-se a intervenção do deputado Ricardo João Pedrosa Alves de Almeida, eleito na lista do Bloco de Esquerda, para referir que como até à data não foi possível manifestarem-se, querem agora mostrar a sua satisfação pelos

resultados eleitorais obtidos pelo Bloco de Esquerda em Fafe, demonstrando que é um partido em crescimento e com maior abrangência como se demonstra no nosso concelho ao eleger um deputado na Assembleia Municipal. Referiu ainda que pretendem ser uma oposição construtiva, apoiando todas as iniciativas justas, na defesa dos interesses públicos tendo como base uma política transparente, uma governação autárquica mais próxima do cidadão com uma participação activa dos Fafenses nos destinos do concelho, não se calando perante as injustiças e acreditando ser possível uma nova relação entre os cidadãos e o governo autárquico. Prometem participar activamente na Assembleia Municipal por entenderem que se trata de um importante órgão da política local. Por último lamentam não ter sido convocada mais cedo uma sessão da Assembleia Municipal, para deliberar a fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2006 de forma a dar cumprimento à lei. Pediu a palavra a Doutora Leonor Pereira Oliveira Castro, eleita pela lista da CDU, para felicitar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela eleição de mais um mandato, fazendo votos para que este mandato seja exercido de forma correcta, em total respeito pela Lei e pelo Regimento e que passa pela convocação das sessões ordinárias previstas na lei, referindo a importância do período de Antes da Ordem do Dia. Deu, ainda, as boas-vindas a todos os elementos desta Assembleia e de um modo especial aos que entraram pela primeira vez, fazendo votos para que se sintam bem e que exponham em consciência as suas posições e pareceres porque assim se exerce a democracia. Mostrou também a sua decepção aquando da tomada de posse dos membros desta Assembleia, porque acreditava, ver a sala cheia de jovens a avaliar pelos outdoors e propaganda na campanha eleitoral. Nesta intervenção quis também deixar um voto de congratulação à forma cívica demonstrada pelos Fafenses no acto eleitoral, das eleições Autárquicas e também pelo resultado obtido pela CDU, encontrando-se bem reforçada nesta Assembleia e demais órgãos autárquicos. Por fim condenou os abusos de poder que se verificaram na campanha eleitoral e questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a recepção do candidato, Doutor Mário Soares, nomeadamente se foi de carácter particular, público ou institucional. Seguiu-se a intervenção do deputado Joaquim Magalhães, eleito pela lista da CDU, iniciando a sua intervenção com uma saudação, em particular, aqueles que,

pela primeira vez estão presentes nesta Assembleia Municipal, que designou como “parlamento da democracia local” uma das maiores conquistas de Abril. Fez votos para que os interesses da população estejam sempre acima dos interesses partidários, chamando a atenção que é a altura e o local próprio de iniciar a cobrança das promessas feitas no último acto eleitoral, porque como referiu só cumprindo as promessas eleitorais é que se prestigia a actividade política e que a CDU não irá defraudar os seus eleitores. Como tal exige o cumprimento das promessas de resolução das indemnizações da A7 em Antime, responsabilizando com duras críticas o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referindo que tais promessas, até à data, não foram cumpridas, tendo como principais responsáveis pela situação o PS e os seus representantes locais e nacionais. Refere, ainda, que faz esta exigência em nome de muitos que o elegeram mas também em nome dos expropriados onde se inclui. Questiona ainda o Senhor Presidente da Câmara sobre o licenciamento para construção de um muro de vedação em espaço público, denominado Largo Carvalhal, da freguesia de Antime. Apela à intervenção da Câmara no sentido de devolver à população aquele espaço que sempre utilizaram como espaço do domínio público. Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para esclarecer no que se refere às expropriações da A7, não prometeu, nem podia prometer, resolver o problema, dado que não depende de si. Prometeu no entanto ajudar a resolver a situação e é esse o compromisso que tem com as pessoas da freguesia de Antime. Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arões S. Romão para referir que era importante limitar o tempo de intervenção de cada membro, face ao tempo de intervenção utilizado pelos anteriores membros. Acerca da intervenção do PSD refere que as pessoas devem ser frontais, lamentando a campanha do PSD, nas últimas eleições na freguesia de Arões S. Romão. e como tal não concorda que se vitimize. Pediu novamente a palavra o deputado Doutor António Cunha para concordar com a posição defendida pelo PSD e pela deputada da CDU, Doutora Leonor Castro no que se refere à sessão de Setembro, por entender que se trata de uma situação grave o facto do Senhor Presidente da Assembleia não convocar a Assembleia Municipal para a sessão de Setembro, prevista na lei, frisando que, com tal atitude, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal ultrapassou as suas competências legais. Usou da

palavra o Senhor Presidente da Assembleia para frisar que assume a responsabilidade das decisões que toma, e que ao longo de vinte e dois anos de exercício, como Presidente desta Assembleia, nunca teve qualquer conflito com qualquer membro, porque sempre actuou com bom senso, democracia e liberdade e, como tal, não admite lições de legalidade. Pediu, novamente, a palavra o deputado Doutor António Cunha para esclarecer que com a sua intervenção anterior apenas corroborou as posições defendidas pelo PSD e pela Doutora Leonor Castro, por entender que não compete ao Presidente da Assembleia Municipal decidir do interesse, ou não, da realização de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal. Pediu a palavra o deputado Alexandre Daniel Freitas Peixoto, eleito pela lista da CDU, para elogiar a distribuição, por todos os membros, da ficha de actualização de dados, esperando que com esta actualização se evitem extravios e atrasos na entrega de documentos e expediente referentes a esta assembleia. Pediu, ainda, a palavra o deputado Doutor Belarmino Oliveira Costa, eleito pela lista do PSD para expor duas questões: a primeira relacionada com as indemnizações referentes à A7 em Antime, por entender que existem pessoas com algumas dificuldades devido a esta situação. Sugere uma associação de interesses entre a Junta de Freguesia de Antime e a Câmara Municipal de forma a usarem influência para a resolução do problema das pessoas e da própria freguesia. A segunda relativa à intervenção do Senhor Presidente da freguesia de Arões S. Romão, refutando as insinuações e acusações ao PSD, e que, de futuro, seria bom materializar as acusações. Por fim, pediu a palavra a Presidente da Junta da Freguesia de Estorãos começando por saudar todos os membros e parabenizar a mesa eleita, de seguida deixa uma recomendação à CDU relativa à propaganda eleitoral referindo que, como a lei define, após um acto eleitoral, deve ser retirada toda a propaganda relativa a esse acto eleitoral, facto que foi esquecido pela CDU na freguesia de Estorãos. Findas as intervenções referentes ao período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que o mesmo respondesse às questões levantadas pelos membros da Assembleia Municipal. No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara começou por cumprimentar todos os membros eleitos, desejando que este mandato, ao contrário do que foi já referido, seja um mandato na linha dos

mandatos anteriores onde a condução da Assembleia tem sido, no seu ponto vista, isenta e imparcial que tem dignificado o Município. Relativamente à questão levantada pelo Bloco de Esquerda no que se refere à fixação de impostos municipais, esclareceu que esta Assembleia, há um ano atrás, já fixou os impostos para o ano em curso, regista no entanto a preocupação do Bloco de Esquerda relativamente à arrecadação dos impostos municipais. Relativamente à questão levantada pela Doutora Leonor Castro sobre a visita do Doutor Mário Soares esclareceu que se tratou de um acto de cortesia e fê-lo na qualidade de Presidente da Câmara, e nessa qualidade, representante do Município, acrescentando ainda que fará o mesmo a qualquer outro candidato que solicite a visita ao Município. Quanto à intervenção do Deputado Joaquim Magalhães, no que se refere às indemnizações, subscreve a resposta dada pelo Senhor Presidente da Assembleia, reafirmando que tanto um como o outro tudo estão a fazer para que as indemnizações referentes à A7 sejam pagas. Relativamente à questão relacionada com o licenciamento do muro de vedação esclareceu que verificado o processo de licenciamento não encontrou qualquer irregularidade, encontrando-se o mesmo com os documentos necessários e os pareceres favoráveis, como tal, dentro da legalidade. Passou-se de imediato ao Período da Ordem do Dia. **PONTO TRÊS PONTO UM:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal. Pediu a palavra a Doutora Leonor Castro para solicitar um esclarecimento acerca das obras da Rua de Angola, nomeadamente no que se refere ao seu alargamento, e que as mesmas, apesar de se encontrarem em execução, não constam da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente da Câmara esclareceu quanto a esta questão que provavelmente se tratou de um lapso, a não inclusão na informação escrita das obras da Rua de Angola. Relativamente aos alargamentos previstos, não tem conhecimento de qualquer impedimento, garantindo que o projecto irá ser cumprido. Como mais ninguém quis intervir antes de entrar no ponto seguinte da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa solicitou o preenchimento de uma ficha, distribuída, a todos os membros que se destina a actualizar o ficheiro da Assembleia Municipal, permitindo assim aos serviços remeter o expediente para a morada certa e o pagamento das senhas de presença. Entrou-se de imediato no **PONTO TRÊS PONTO DOIS:** Apreciação e

deliberação de uma proposta da Câmara relativa à desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, sita no Loteamento da Coutada de Cabreiros, da freguesia de Quinchães. Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Fornelos para suscitar algumas questões e recomendações no que se refere a esta desafecção parecendo-lhe, apesar de não ser muito claro, haver já um interessado na aquisição da parcela, e se houver, gostaria de ver confirmado pelo Senhor Presidente da Câmara. Por fim deixa uma sugestão para que de futuro as parcelas cedidas, pelos particulares, ao domínio público, para equipamentos espaços verdes ou outros fins, fossem de facto utilizadas para esses fins, referindo que a Câmara, nestes casos, não pode demitir-se das suas responsabilidades, devendo selar por esses espaços ou então transferir para as Juntas de Freguesias, dando-lhes meios naturalmente, para que de facto estes espaços pudessem ser utilizados como espaços verdes, de lazer ou outros, ao invés de como acontece com a parcela em apreciação se transformarem em depósitos de lixo. Interveio de seguida o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quinchães referindo que tem conhecimento através dos anteriores membros da Junta de Freguesia que a parcela em causa teria sido cedida àquela Junta, apesar de não possuir qualquer documento. No entanto, apela à Câmara a cedência da referida parcela, a partir desta data, à Junta de Freguesia de Quinchães. De seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Arões S. Romão para solicitar um esclarecimento acerca desta proposta, dado que tem uma situação semelhante na sua freguesia que não foi ainda legalizada, a questão colocada refere-se à alienação da parcela, que a ser possível, votará favoravelmente, no entanto pede para ser reanalisado o pedido da Junta de Freguesia de Arões S. Romão no que se refere ao espaço verde cedido aquela Junta de Freguesia. Interveio, de seguida, o Senhor Engenheiro Miguel Cabral de Almeida Summavielle, eleito na lista da CDU para sugerir que, sempre que possível, nestas propostas seja junta uma planta de localização para quem tem de decidir poder ir ao local sem necessitar de auxílio de quem quer que seja. Quanto à proposta em si, referiu que sendo hoje possível proceder-se a uma alteração ao loteamento, apenas com consulta pública, o processo administrativo fica facilitado, mas defrauda os adquirentes dos lotes que inicialmente conheciam as condições definidas naquele loteamento e na sua envolvente. Que neste caso concreto, e

caso seja efectuada a consulta pública, os adquirentes dos lotes não vão ser questionados acerca da alteração do uso da parcela. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, começando por esclarecer que a parcela em causa faz parte de um loteamento de 1977 e que nesta época a Câmara aceitava com alguma facilidade parcelas sem qualquer utilidade pública, conforme se constata noutros loteamentos, transformando-se muitas vezes em vazadouros de lixos. Acrescentou ainda que a proposta em apreciação é para a desafecção do domínio público e será efectuada conforme determina a lei. Em resposta à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arões S. Romão esclarece que se trata de uma situação semelhante, mas que no caso de Arões S. Romão houve oposição à alteração, tal como pode haver neste. Esclarecendo que a Câmara não pode proceder à alteração antes da Assembleia permitir a desafecção quanto aos tramites seguintes para alteração do uso irão seguir-se e pode haver ainda oposição dos particulares, nomeadamente, pelos proprietários dos lotes. Relativamente à junção da planta, o Senhor Presidente referiu que pode ser fornecida no futuro, no entanto, esclarece que todo o expediente que integra a Ordem do Dia da Assembleia Municipal está disponível para consulta por todos os membros da Assembleia. Quanto a uma eventual cedência da parcela em discussão à Junta de Freguesia de Quinchães, o Senhor Presidente referiu que caso exista deliberação de cedência desta parcela de terreno à Junta de Freguesia que, como é óbvio, a mesma será cumprida. Como mais ninguém quis intervir foi a proposta posta à votação, sendo aprovada, por maioria, com seis votos contra e dez abstenções. Pediu a palavra o Deputado Ricardo Jorge Almeida para proferir uma declaração de voto do seguinte teor: “O Bloco de Esquerda votou contra a proposta de desafecção do domínio público para o domínio privado de uma parcela de terreno no Loteamento da Coutada de Cabreiros, na freguesia de Quinchães por três razões: Numa época em que os problemas ambientais todos os dias nos batem à porta, é responsabilidade da autarquia começar a pensar na criação e preservação de zonas verdes como uma medida prioritária em relação a outros interesses económicos; Se as características topográficas do terreno são bastante acidentadas para a utilização como zona de lazer, concerteza que esse problema se mantém na construção de uma moradia; Se

a parcela de terreno está a ser utilizada como vazadouro de lixos, compete às respectivas entidades, que seja repreendido ou mesmo autuado quem colabora para que esse terreno tenha esse fim, o que lamentavelmente não se verifica só neste local mas em tantos outros do nosso concelho, o que nada o dignifica, além dos problemas ambientais e de saúde pública que esses lixos de toda a espécie provocam”. Dando continuidade aos trabalhos o Senhor Presidente da Mesa, antes de entrar no ponto que se segue da Ordem do Dia, informou que o Partido Socialista propôs que, as eleições para os vários órgãos, a que se refere o Ponto três Ponto Nove da Ordem do Dia, fossem adiadas para a próxima sessão da Assembleia Municipal no sentido de entre o Partido Socialista e os demais grupos parlamentares pudessem ser encontradas listas de consenso para serem propostas na próxima sessão da Assembleia Municipal. Atendendo a que não houve oposição por nenhum membro, foi este ponto adiado para a próxima sessão da Assembleia Municipal. Passou-se de imediato ao **PONTO TRÊS PONTO TRÊS**: Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à 1ª Revisão ao Plano Plurianual de 2005/2006. Pediu para intervir o Senhor Presidente da Câmara para explicitar melhor a proposta apresentada, começando por referir que com esta revisão pretende-se rever duas acções do Plano Plurianual e reforçar duas rubricas do Orçamento de 2005, sendo o seu impacto reduzido, tratando-se de uma questão formal, a que obriga o visto do Tribunal de Contas.. Como mais ninguém quis intervir foi a proposta posta a votação, sendo aprovada por maioria com dezanove abstenções. Entrou-se no **PONTO TRÊS PONTO QUATRO**: Apreciação e deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2006. O Senhor Presidente da Mesa, sobre este ponto, propôs à Assembleia Municipal o método de discussão, idêntico aquele utilizado nos anos anteriores, ou seja, a discussão conjunta na generalidade e na especialidade, seguindo-se primeiro a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e depois os diversos grupos parlamentares e demais intervenções. Propôs, ainda, que findas as intervenções a votação se realizasse em três momentos: na generalidade, na especialidade e na globalidade. Não havendo objecção há proposta efectuada, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou a sua intervenção referindo que conforme decorre da lei é apresentado o Plano e Orçamento para o ano de

2006 e o Plano Plurianual para o mandato que se inicia. Sublinha, ainda, que este mandato, tal como aconteceu, de alguma forma, no mandato anterior, se inicia com algumas restrições financeiras e orçamentais, resultantes de imposições governamentais. Frisou ainda que o Município de Fafe depende de cerca de sessenta por cento das receitas provindas do Orçamento de Estado, não havendo, para o ano em curso, previsão de aumento de receitas provenientes das receitas do Estado fazendo com que seja um mandato com algumas restrições. Neste quadro, o Senhor Presidente da Câmara apresenta como prioridades, o investimento no abastecimento de água, no saneamento e na recolha de resíduos, esperando que no final do mandato se consigam atingir taxas de satisfação na ordem dos noventa por cento. Apresenta ainda como prioridade a área da educação e a recuperação do Cine-Teatro. E conforme as disponibilidades que vierem a surgir poderão continuar as obras do Parque da Cidade. Outro eixo de prioridades, referidas pelo Senhor Presidente, para os próximos anos, serão as políticas sociais e habitação social, tendo sido já assinado um contrato com o INH para a recuperação, construção e aquisição de cerca de duzentos e vinte fogos. Um menor ou maior investimento será a requalificação urbana, que dependerá dos apoios que o governa venha a disponibilizar. Continuará, o investimento na melhoria das vias municipais de acordo com as disponibilidades financeiras. Outro eixo será na área do ambiente e turismo aproveitando as verbas comunitárias. Como prioridade apresentou também o Ordenamento do Território, que está já a ser concretizado na revisão do Plano Director Municipal. Por fim, o Senhor Presidente referiu como última prioridade, com um peso significativo nos orçamentos futuros, as obras de ampliação do Edifício dos Paços do Concelho, estando já em construção as oficinas municipais. Terminada a explanação do Senhor Presidente da Câmara, interveio o Doutor Belarmino Costa, para fazer algumas considerações de fundo em representação do grupo parlamentar do PSD. A primeira para registar com algum agrado as preocupações do Município com o abastecimento de água e saneamento básico, o que, como referiu, o PSD tem defendido há vários anos; regista ainda a aposta do Município na modernização de algumas infraestruturas como a TV cabo, o gás natural e as redes de comunicações, necessárias ao desenvolvimento integrado do concelho e à dinamização dos serviços e melhoria da qualidade

de vida dos cidadãos. Espera contudo que as metas proposta no plano, relativamente ao abastecimento de água e ao saneamento sejam cumpridas. Referiu, no entanto que as opções do plano 2006/2009 deixam o PSD apreensivo quanto à sua execução, tendo em conta a experiência dos anos anteriores. Entende, também que as prioridades de investimentos apresentadas, não parecem ser as opções políticas mais acertadas, tendo em conta as dificuldades conjunturais, apresentando alguns exemplos como o aumento da despesa com pessoal e as obras de ampliação do edifício da Câmara. Lamenta que não haja por parte da Câmara um sinal positivo e de encorajamento no que se refere aos impostos e taxas, que constituem receitas para a Autarquia, designadamente na redução do Imposto sobre Imóveis e Derrama e que por essa razão iram apresentar propostas concretas nesta Assembleia, pretendendo com isso influenciar e corrigir o que no entender do PSD está errado sobre as opções nesta matéria. Referiu ainda que o PSD tem curiosidade em saber como vão ser implementados os segmentos turísticos, colocando por fim algumas questões relacionadas com a cultura, por a mesma, não ter expressão no Plano apresentado. De seguida usou da palavra o Ricardo Almeida referindo que o Bloco de Esquerda vota contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2006, porque defendem um orçamento participativo e o orçamento apresentado é um documento já concluído, não conferindo poderes à assembleia para intervir, nomeadamente, na sua correcção. Refere ainda que o orçamento apresentado é pouco ousado e dinamizador, revelando-se também pouco preocupado com aspectos ambientais, dado que as verbas atribuídas são pouco significativas no valor orçamental. Seguiu-se a intervenção do deputado Joaquim Magalhães que começou por referir que numa altura de contenção não se entende que seja prioridade as obras do edifício da Câmara e da Biblioteca, considerando um exagero que não contribui em nada para o desenvolvimento do concelho. Questionou ainda se o investimento dessas obras não daria para construir um edifício de raiz. Lamenta ainda que as obras no Parque da Cidade possam parar caso não hajam apoios comunitários e por outro lado não compreende que se proponha a reparação do Cine-Teatro sem que existam verbas no PIDDAC para o efeito. De seguida interveio o Doutor Pompeu Martins começando por referir que o Partido Socialista revê-se neste Plano e

Orçamento porque entende que são dois documentos que tem duas boas qualidades porque é equilibrado e sério. Equilibrado porque, apesar das limitações orçamentais impostas, abrange várias vertentes da área concelhia, de uma forma equitativa. É um Plano e Orçamento sério porque contempla as dificuldades existentes para o exercício do governo municipal face ao período de limitação financeira que o País atravessa. Acrescentou ainda que o Partido Socialista se revê neste Plano e Orçamento porque é um Plano e Orçamento com consciência social, dando como exemplos a política que tem vindo já a ser seguida nos últimos anos relativamente à habitação, considerando uma boa medida, assim como a aposta na Juventude, nomeadamente, o apoio à habitação. Defende ainda que é um Plano e Orçamento com consciência cívica e que permite, ao longo dos próximos quatro anos, um investimento nas pessoas olhando para a educação e formação profissional, uma política reconhecida não só pelo Partido Socialista. Felicita a iniciativa da Câmara relativamente à recuperação do Teatro Cinema quer haja, ou não haja, investimento por parte do governo. De seguida usou da palavra o Engenheiro José Manuel Batista colocando algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara nomeadamente qual o valor que a Câmara irá pagar no final da implementação das empreitadas referentes ao saneamento e abastecimento de água, sendo que grande parte do investimento irá ser levado a cabo pela Águas do Ave. Outra questão colocada refere-se à remodelação da feira semanal, e se os valores previstos envolvem a mudança do local da feira, como defende o PSD. Outra questão levantada refere-se à protecção e preservação do meio ambiente, concluindo que para esta área o orçamento é praticamente omissivo. Relativamente à reorganização dos serviços, pergunta porque é que não se informatizam alguns serviços, para que os processos possam ser consultados, por parte dos requerentes via Internet. Em relação às freguesias questiona o porquê de apenas vinte e três das trinta e seis freguesias do concelho serem contempladas com investimentos neste Plano. Por último questionou o Senhor Presidente acerca do facto da comunicação social não poder assistir às reuniões da Câmara onde é discutido e votado um dos mais importantes documentos de gestão da autarquia, como o são as grandes opções do plano e orçamento. Seguiu-se a intervenção do Engenheiro Miguel Cabral alertando o executivo no que se refere ao saneamento,

nomeadamente, às taxas de ligação que vão onerar, no seu entender, em muito os industriais que têm consumos elevados de água. Relativamente à questão da recolha de resíduos sólidos entende que pouco ou nada se fez e que já se deveria ter avançado para a recolha selectiva. Salientou, ainda, que o entristece o facto das obras do Parque da Cidade não continuarem por falta de verbas. Alertou, ainda, relativamente à revisão do PDM que deverá ser efectuada uma determinação cuidada dos solos com capacidade edificativa. Lamentou o facto de a Zona Industrial do Socorro não estar ainda ampliada. Manifestou a sua preocupação com o aumento de salários previsto em orçamento. Relativamente à Biblioteca Municipal considerou os gastos excessivos na construção da mesma. Por fim, considerou que o valor previsto para as obras de ampliação do edifício da Câmara daria para construir um edifício de raiz e de grandes dimensões. Quando era uma hora e quinze minutos foram interrompidos os trabalhos pelo Senhor Presidente da Mesa, para serem retomados no dia seguinte, pelas vinte e uma horas. E nos termos legais e regimentais aplicáveis se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da mesa.